

## Sumário

Apresentação	
<i>Cícero João da Costa Filho</i> .....	2
Contra o ‘mal comunista’ perpetrado pelo judeu na ótica de Gustavo Barroso (1932-1937)	
<i>Cícero João da Costa Filho</i> .....	13
O quinto evangelista ou o quinto-colunista? Plínio Salgado e a solidariedade nazista	
<i>Leandro Pereira Gonçalves</i> .....	31
Miguel Reale, Integralismo e História: Algumas Questões Teóricas e Historiográficas	
<i>Pedro I. D. Tanagino</i> .....	47
A política e os intelectuais: as “democracias” de Gilberto Freyre e Plínio Salgado	
<i>Felipe Cazetta</i> .....	61
Nacionalismo e autoritarismo no pensamento de Geraldo Rocha (1935)	
<i>Marcelo Alves de Paula Lima</i> .....	73
A ditadura “democrática” do Estado Novo: novas roupagens de uma ditadura em tempos de guerra no jornal <i>A Noite</i>	
<i>Vandré Aparecido Teotônio da Silva</i> .....	89
O pensamento social e político de Júlio de Mesquita Filho nas páginas de <i>O Estado de S. Paulo</i>	
<i>Thiago Fidelis</i> .....	109

A influência do tradicionalismo católico francês na revista <i>Permanência</i> (1968-1974) <i>Glauco Costa de Souza</i> .....	125
O pensamento católico antimoderno de Plínio Corrêa de Oliveira <i>Víctor Almeida Gama</i> .....	143
Enéas Carneiro: entre autoritarismo, conservadorismo e “neofascismo” <i>Odilon Caldeira Neto</i> .....	157
Sobre os autores.....	173

# Apresentação

Cícero João da Costa Filho

Jamais esqueci, quando aluno de graduação na Universidade Federal do Ceará, de um texto de Manoel Luís Salgado Guimaraes em que o autor apontava que o primeiro projeto de nação brasileira era um projeto iluminista, conservador, autoritário e excludente. Em meio às discussões palacianas de homens bem favorecidos, donos de terra, comerciantes ou figuras ligadas ao Estado nascente, imperou no país a intolerância e o preconceito com relação a grande parte da população. Por aqui, se aludia aos mais belos nomes da literatura clássica, como Dante e Shakespeare, enquanto reinava a escravidão de mestiços e a discriminação aos povos não brancos.

Nossa formação se deu por meio da exclusão e do preconceito, em que o não branco foi excluído do processo político e das transformações sociais que temperaram as discussões de um pequeno número de pessoas, abrigados em uma verdadeira sociedade de corte, degustando poemas em meio a melhor história a se contar e o processo começou completamente totalitário: a primeira história brasileira foi escrita por um autor de origem austríaca, Von Martius. Foi no IHGB que o primeiro esboço de Brasil foi traçado. Ao longo do tempo, em momentos de crise econômica, sempre que se percebia a carência de identidade nacional, logo emergiam aspectos da natureza como a raça e o clima, a potencialidade do povo brasileiro. Diga-se de passagem, até hoje milhares de pessoas acreditam que os nossos problemas se devem a constituição de um país que tem sua população mestiça, argumento de diversos escritores racistas do campo das ciências humanas ao longo de suas trajetórias intelectuais a partir de 1870. Nos museus, institutos históricos e universidades, as histórias de brasis eram forjadas, tangenciando os mais diversos aspectos da cultura brasileira. Assim, se desenrolava o discurso político de nossas elites econômica e intelectual, desconsiderando a maioria da população por tomar a realidade brasileira a partir de parâmetros exteriores.

Ao longo do Império e da República brasileira grande parte da sociedade viveu alijada das condições de cidadania, sob o manto maior dos

interesses de meia dúzia de políticos. Volta e meia ouvimos de alguém frases como: é baiano, é cearense, é sulista e outros. Isso diz muito mais que o mero local de origem da pessoa, nos traz o imaginário que essas pessoas, inseridas em seu meio social, possuem em mente; traz a cultura; nos faz pensar e nos estimula a identificarmos os elementos do ser cearense, baiano, gaúcho etc. Somos brasileiros e, assim, trazemos também a intolerância e o preconceito, no que cabem algumas ressalvas. A imprensa, a televisão, a oralidade e o ‘ouvi falar’ marcam e dão o tom da nossa cultura, que se faz tanto nos bancos das universidades como nos botecos, no campo de futebol e em outros espaços, pois o mesmo político corrupto que é criticado a partir das teorias adquiridas pelo pesquisador é criticado por aquele que frequenta os espaços mais diversos da sociedade.

A televisão existe porque forma opinião e mostra a divisão gritante em uma sociedade como a nossa. Interessada em sua audiência, custe o que custar, a capacidade de manipular e de virar o jogo salta aos olhos. Diga-se de passagem, aquele que não fala o que a televisão mostra, fala o que não se sabe, até parece que está criando algo, em tempos cada vez mais marcados por notícias vias internet. Trata-se de um grande problema, que dificulta mudanças de perspectivas ou esperança de dias melhores. Vive-se a sociedade do espetáculo em que se vende violência, em que se mostram os destroços do problema, sem dar condições para que se conheçam suas causas. O Brasil continua uma *Bruzundanga*, lembrando o excluído Lima Barreto.

Vemos a ascensão da direita empedernida na Europa, juntamente com a vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, ataques a negros e a homossexuais por parte de grupos neonazistas, perseguição a judeus, de forma mais candente na Europa. No Brasil, o cenário político e eleitoral de 2018 foi de inteira manipulação por parte de uma emissora de televisão que tirou seu presidente legítimo de forma arbitrária e bombardeando diariamente em seu telejornal, durante o processo eleitoral, o candidato da esquerda. Chegaram quase a mil as matérias contra o candidato do Partido dos Trabalhadores, para reforçar uma triste imagem da esquerda no Brasil. Todo um aparato de ódio e toda uma estrutura conservadora no Brasil em nenhum momento se arrefeceram e isso vale

a reflexão sobre o imaginário do comunismo ou das esquerdas, de outra forma, do autoritarismo no Brasil.

Essa coletânea surgiu do convite que recebi da Editora Todas as Musas, interessada em publicar uma obra de reflexão sobre o autoritarismo no Brasil. A partir desse convite entrei em contato com os pesquisadores que aceitaram o convite e deixo minha gratidão a eles. Conheço quase todos os pesquisadores e o contato foi mantido da forma mais amistosa o possível.

Ressalto a importância dos eventos de história, pois foi a partir desses eventos que conheci os autores dos textos, participando de Simpósios Temáticos, no qual deixo o reconhecimento ao GEINT (Grupo de Estudos sobre Integralismo) e ao seu criador, Renato Alencar Dotta.

Convido o leitor, com muito prazer, a ler as reflexões de exímios historiadores, todos empenhados em barrar o avanço de uma onda violenta, que despreza as condições de cidadania, nos seus variados âmbitos.

Abrindo a coletânea trazemos o texto de Cícero João da Costa Filho, analisando a postura do escritor cearense, um dos presidentes da ABL, inspirador do Museu Nacional e uma das figuras mais importantes da AIB, que foi Gustavo Barroso. Em seu texto, Costa Filho mostra a perseguição de Barroso para com a figura do judeu e suas criações, no caso, o marxismo. Para o chefe de milícias da AIB, o judeu era responsável pelos males do Brasil e do mundo, sendo necessária sua eliminação para a formação do Brasil integral. Trata-se de um texto em que conheceremos a postura de um escritor racista, que destilava ódio ao judeu. Barroso disseminou e propagou de forma desmedida a imagem de um judeu racista, parasita, ganancioso, sem amor à pátria, sanguessuga, inclinado a anarquia e capaz de tudo para obtenção do bezerro de ouro. Barroso foi um homem avesso as massas, bem aos moldes da elite de direita da época, composta por militares, simpatizantes do tenentismo, médicos, profissionais liberais, professores e outros, que compraram o discurso em que, em nome do desenvolvimento do Brasil, era necessária a eliminação de uma raça que dificultava a identidade do país. Como se não bastasse, Barroso designava o judeu como bactérias, fungos, camarilhas de bandidos, tramoia de lama e sangue. Para o integralista, tudo que é criação judaica merece seus ataques, alimentando seu ódio em seus diversos livros.

Não bastasse a intolerância do Estado brasileiro, figuras como Barroso ainda fizeram escola. O pesquisador Marcelo Alves analisa o pensamento do escritor baiano Geraldo Rocha, um leitor de Gustavo Barroso que difundiu o imaginário antisemita principalmente ao comentar sobre a economia, sua temática predileta. Baseando-se em Girardet, para quem as crises e rupturas geram terreno fértil para narrativas míticas conspiratórias, Marcelo Alves elabora sua reflexão sobre Geraldo Rocha evidenciando como a temática de um complô judaico para conquista do mundo era recorrente em seus artigos. Reunidos no livro *Fim de uma civilização*, publicado em 1935, os artigos de Geraldo Rocha defendiam que o Brasil deveria se sintonizar não só com o mundo, por meio de um nacionalismo econômico agressivo, mas também consigo mesmo, por meio da valorização do homem e da cultura sertanejos, em oposição ao litoral degenerado por ideias estrangeiras. O escritor baiano foi, portanto, mais um divulgador da teoria que afirmava que os judeus possuíam um plano de dominação mundial. Para fazer frente a tal plano, Geraldo Rocha dizia que era fundamental um líder forte e um regime nacionalista, seguindo uma tendência que era regra geral no mundo entre guerras.

Já Leandro Pereira Gonçalves, em um texto instigante, descortina a tática política e de sobrevivência de Plínio Salgado no período em que o criador do integralismo esteve exilado em Portugal, em 1941, com sua mulher e seu secretário. Nublado sua simpatia ao fascismo, Salgado habilmente se projetou no cenário português, relacionando-se com as figuras mais proeminentes do clero. Juntou-se a figuras do III Reich, como Erich Schroder, confabulando e tramando a ideologia do nacional socialismo. Participando de reuniões, Salgado foi o único a frequentar as discussões nazistas pela relação que teve com Friedrich Schellenberg, apoiando a instalação do regime em Portugal, com a imagem de um homem preocupado com o Brasil e com o apoio do clero português. Assim, no informa Gonçalves, que o homem que “enxergou no nazismo a solução capaz de alcançar o poder no Brasil”, se transformou na figura católica “condutora dos povos”, o “romeiro enamorado”, o “cavaleiro do verbo”, o “portador da verdade”, o verdadeiro “quinto evangelista”.

Pedro Ivo Tanagino analisa as reflexões do chefe de doutrina da AIB e teórico do vindouro Estado integral brasileiro, o jurista e filósofo

Miguel Reale. Em seu texto, Pedro Ivo ressalta a importância do intelectual, homem prático ou teórico, como ator político, salientando que os temas historiográficos são resultado de uma ordem conservadora, que no Brasil teve Oliveira Viana e Alberto Torres como escritores de um pensamento autoritário. Figura erudita, vamos tomar conhecimento no texto de Tanagino, da herança histórica de Reale (assimilou de revisionistas marxistas o socialismo liberal), na formação de uma filosofia da história e de uma historiografia integralista, para realização de sua história integral. Veremos um pensador que se nutriu de particularidades do pensamento hegeliano, da tradição do neokantismo e da contribuição de uma nova visão da história com a influência de Vico. Tais influências surgiram da concepção de estado de Reale, um admirador de Maquiavel, donde a importância da ética na elaboração de sua Teoria do Direito. Seguindo o texto, o autor nos chama atenção para a importância da História no pensamento de Reale, donde sua simpatia ao fascismo, num momento de crise, movimentando seu pensamento para superar as alternativas do liberalismo e do comunismo. Dessa forma, a linguagem e seus conceitos se mostrava de fundamental importância para a realização da sociedade integral proposta por Reale. Concluindo a leitura de Tanagino, em contraposição a autores como João Cruz Costa, José Chasin, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Manuel Palácios, nosso autor sustenta que o pensamento integralista de Reale é possuidor de um “paradigma integralista” e de uma “teoria da história”.

Em um país em que o saber científico e o discurso político de nossas elites caminharam juntos, Felipe Cazetta, partindo do caso Dreyfus, perscruta a importância dos grupos de intelectuais em seus campos e defensores de seus interesses, chamando atenção para a instrumentalização das teorias “científicas”, como por exemplo, a ideologia darwinista, que respaldou o liberalismo em seu caráter mais trágico, que foi a espoliação de toda a sociedade imperial da época. Nossos intérpretes do século XIX formaram seus pensamentos a partir das potencialidades da raça, respaldados pelas características fenotípicas, algo que até hoje vivenciamos nos discursos que reabilitam estilhaços de uma raça superior e da influência do meio na formação das pessoas. Cazetta traça um paralelo entre Gilberto Freire (“seria a voz das oligarquias decantes do Nordeste?”), um intelectual muito criticado por sua visão adocicada em que os choques

sociais se esvaíam frente a doçura e a sexualidade da mulata, sensual e viril, deixando fora de dúvida a potencialidade do território brasileiro e Plínio Salgado, no que tange a democracia brasileira. Para além do viés racista e evolucionista, assimilados por algumas instituições de ensino, veremos nesses dois intérpretes brasileiros o projeto de uma democracia que guarda as noções de raça, a importância do meio (sertão ou litoral), convictos na ideologia de uma alma ou identidade nacional! Plínio Salgado e Gilberto Freire são dois intérpretes do Brasil, ao mesmo tempo, construtores da nação, que merecem nosso olhar na averiguação dos elementos de seus respectivos projetos de nação.

Iniciando uma sessão que investe em jornais como fontes, Vandrê Aparecido Teotônio da Silva analisa o posicionamento do vespertino *A Noite*, que se tornaria o porta-voz do Estado Novo. O texto aborda a política de neutralidade do Brasil até o momento do torpedeamento de uma embarcação brasileira pela Alemanha Nazista. Tendo à frente o chanceler Oswaldo Aranha, em momentos de guerra era necessário transmitir um clima de paz, mas a pressão inglesa e francesa e a política bilateral do Brasil com os EUA e a Alemanha estava com os dias contados. Por trás da diplomacia de Aranha e da política “democrática” de Vargas, assumindo uma nova roupagem, o Estado Novo mesclava liberalismo e política de coerção nacional, criando, por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a sociedade era impelida ao trabalho objetivando o esforço de guerra. Teotônio da Silva adentra os interstícios da política nada democrática salientada por Aranha, mostrando como esse discurso se desenvolveu. Após 1942, na III Conferência dos Chanceleres Americanos, após o rompimento da Colômbia, Peru, Paraguai e Chile com o Eixo, foi a vez do Brasil interromper suas relações diplomáticas com esses países, que, somado a política de defesa americana, tornou ainda mais fácil a entrada do Brasil na Segunda Guerra. *A Noite* manifestará o clima de guerra em meio a uma política interna interessada no crescimento econômico, subsidiado por seu mais novo aliado, os EUA. Adotando um discurso “democrático”, Vargas, Aranha e a equipe jornalística de *A Noite* anotavam um Brasil unido, favorecendo e viabilizando os interesses do projeto político do regime estadonovista.

Já Thiago Fidelis traz a trajetória política do advogado, político e redator, entre 1925-1945, do jornal *A Província de São Paulo*, fundado em

1875, que mais tarde ganharia o nome de *O Estado de São Paulo*, veículo das elites ligadas ao Partido Republicano Paulista, que defendia a causa abolicionista e republicana. Filho de Júlio de Mesquita, o advogado e político vem de uma tradição do liberalismo clássico instaurado no Brasil, primando pelas atividades ligadas à agricultura, a agropecuária, como também pelo saber assimilado pelas elites brasileiras. Veremos o saber como instrumento político de um homem ilustrado, abolicionista e republicano, mas admirador de algumas instituições monárquicas e de D. Pedro II. Em sua rica análise, Fidelis aborda o viés político de um jornal que apoiou a Revolução de 30, que tinha como um dos objetivos acabar com o coronelismo e as fraudes eleitorais. Com esse discurso, num primeiro momento, acolheu a política varguista, mas depois teceu crítica ao governo do político gaúcho, não tardando a ser expulso do país, se exilando em Portugal. Em seu retorno, Júlio de Mesquita entrega a seu cunhado, Armando de Salles de Oliveira, o projeto de fundação da Universidade de São Paulo, projeto que vinha colado a sua postura intelectual de conceber o conhecimento no combate às massas como também de modernização do país, sugerindo a criação de uma universidade no sul e no norte, dentro da característica dos nossos intelectuais de assimilar o conhecimento europeu para superar o atraso do país. Vale lembrar as leituras de Júlio de Mesquita, em que se encontra Herbert Spencer e Stuart Mill. Assim, o intelectual, redator, advogado e político dizia que as estruturas sociais e políticas brasileiras não estavam em condições de abrigar a nódoa escrava, demonstrando uma postura conservadora que serviria para apoiar a ditadura no país.

Glauco Costa de Souza, estudioso de grupos da extrema direita política durante o regime militar de 1964, analisa o grupo *Permanência* em suas redes de sociabilidade (jornais e revistas). Criado após o fim do *Centro Dom Vital*, por Gustavo Corção e Julio Fleichman, em 1968, no Rio de Janeiro, o grupo carioca contava com o apoio do integrismo internacional francês, além de participar dos encontros do *Office Internacional* na Suíça. Esse contato internacional se estabeleceu com a reviravolta das posturas ideológicas católicas tradicionais e progressistas, após o Concílio Vaticano II. Em seu texto, o autor pontua o tradicionalismo do grupo *Permanência* em sua relação com o regime militar. Com um ótimo levantamento, são indicados os nomes que mais apareceram na redação

do periódico, como o Pe. José da Frota Gentil e o Cônego Ludovico Rosano, bem como Dom Jaime Câmara e Dom Vicente Scherer, que chegaram a apoiar a instauração do regime militar. Ao comprovar a importância do integrismo francês no grupo de Corção e Fleischman, Glauco Costa de Souza destaca nomes como os de Marcel Clément (redator chefe do *L'Homme Nouveau*) e de Marcel de Corte (colaborador de *Itinéraires* e de *La Nation Française*).

Em continuidade com a análise do pensamento tradicional da Igreja, Víctor Almeida Gama elabora seu texto sobre a figura de Plínio Corrêa de Oliveira, pensador católico, atuante na ala tradicional da Igreja, por sua vez, representante das elites conservadoras (Plínio Corrêa tinha ligação de parentesco com famílias de Pernambuco e de São Paulo). O escritor e político paulista, nascido em 1908, criou a Sociedade em Defesa da Tradição, Família e Propriedade, revivendo o catolicismo intransigente, denotando um pensamento antimoderno, característico das elites mais reacionárias do Brasil, desconsiderando assim, as variedades culturais e as posturas políticas em voga na época. Víctor Almeida Gama nos dá evidências de um verdadeiro líder católico que enxergava a modernidade como o fim da história, a chegada da ruína e a solução somente possível com o Reino de Maria, remetendo-se a Plínio Salgado, em sua Quarta Humanidade. O criador da TFP fala em catolicismo integral e nos tempos que se seguiram após o Renascimento e a Revolução Francesa que, segundo ele, foram de profunda crise, que destruiu os valores baseados na família. O político, professor e que notável influência veio a ter com sua obra *Psicologia e Revolução*, destrincha a outra história, redentora, capaz de trazer a harmonia dos idos medievais, mas como bem salienta Almeida Gama, a Idade Média viveu seus cismas e heresias, somados à estrutura social e hierárquica, o que denota o conservadorismo e a concepção dualista de um escritor convicto na providência histórica. Para curar os males do presente, voltava-se ao passado, espécie de uma idade de ouro e, só assim, começava a história tendo seus *telos*, que seria o advento do Reino de Maria.

Odilon Caldeira Filho, imerso nos estudos das estruturas autoritárias dos regimes de poder, nos convida a reflexão com seu estudo sobre a figura de Enéas Carneiro e seu projeto político. É um estudo interessante também pelo fato de o autor problematizar características da política

autoritária. Primeiramente, Enéas não tinha em seu projeto político a viabilização de uma identidade nacional, como também não havia a apolo-gia à violência, a censura, a pena de morte, mas, contudo, a defesa para criação de uma bomba atômica, algo peculiar de regimes militares. Afinal, qual o projeto político desse autoritário de tonalidades *fascistizan-tes* (deve-se tirar o peso da expressão), que não almeja reviver o regime militar, não possuía particularidades do integralismo ou tinha a preten-são de reabilitar o pensamento de Plínio Salgado. Caldeira Filho, em um texto que merece calma para ser compreendido, perscruta o projeto de Enéas e nos faz pensar e nunca aceitar associações como ideologia x classe, fascismo x direita, fascismo x nacionalismo etc. Nessa ótica, lere-mos o projeto de um Brasil tecnocrático ou uma tecnocracia autoritária, que, para além de possíveis influências como as de Le Pen, possui o traço singular e polêmico, correspondente ao jargão que ganhou força popular sem mobilizar as massas, que foi o *Meu nome é Enéas!*

Convido o leitor a acompanhar as reflexões trazidas nessa coletânea.